

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



PIMENTA, Alfredo Augusto Lopes (São Mamede de Aldão, 1882 – Lisboa, 1950)

Jornalista, professor, político, escritor e historiador, Alfredo Pimenta foi das figuras mais irreverentes da primeira metade do século XX português, pela tendência para o confronto de ideias de forma abrasiva e, em especial, pela não-linearidade doutrinária, que o levaram a envolver-se não poucas vezes em polémicas acesas com figuras dos mais diversos campos políticos e culturais – de republicanos a monárquicos e de liberais a tradicionalistas. Nascido em Penouços, na freguesia de São Mamede de Aldão, concelho de Guimarães, a 3 de dezembro de 1882, numa família de poucas posses, cedo se muda para Braga com os pais (Manuel José Lopes Pimenta, um pequeno proprietário rural, e Maria Rosa), onde estuda no Colégio do Espírito Santo. Dois anos depois regressa a Guimarães para prosseguir os estudos, tutelado pelos tios, Silvestre Pimenta e Maria Emília de Meira, após o falecimento dos progenitores. Na cidade-berço frequenta assiduamente a biblioteca da Sociedade Martins Sarmiento, que mais tarde dirá ter sido essencial ao seu percurso intelectual. Em 1899, parte para Coimbra, onde se forma em Direito em 1908 – apesar de ter tentado, sem sucesso, abandonar a licenciatura e matricular-se no Curso Superior de Letras, em Lisboa.

Ao longo do primeiro quartel do século XX, deriva politicamente do campo republicano para o monárquico e apoia a solução saída do 28 de maio de 1926. Não desempenhará, contudo, cargos significativos no novo regime. Nomeado de forma efémera vogal da Comissão Central do Conselho Superior de Instrução Pública (entre 1933 e 1936), será, durante vários anos, conservador na Torre do Tombo, de que chega a assumir a direção, embora a breve trecho, em 1949, pouco antes de falecer. Foi também o primeiro diretor do Arquivo Municipal de Guimarães (atualmente com o seu nome), entre 1931 e 1950, e criador do *Boletim de Trabalhos Históricos*, ainda hoje publicado. Académico fundador da Academia Portuguesa da História (na qual colaborou, frequentemente, de forma polémica, incompatibilizando-se com vários académicos e chegando mesmo a ser expulso, entre 1946 e 1947), participa também em diversas outras associações e instituições culturais nacionais e estrangeiras, como a Associação dos Arqueólogos Portugueses ou o Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia. Publicista incansável desde os tempos de estudante em Coimbra, ao longo da vida dirige ou colabora em inúmeras publicações, como *A Ideia Nova*, *A Nação*, *A Província*, *A Voz da Índia*, *A Voz Nacional*, *A Voz*, *Acção Realista*, *Acção Tradicionalista Portuguesa*, *Ala Moderna*, *Alma Nova*, *América Brasileira*, *Arquivo Literário*, *Arte & Vida*, *Bandarra*, *Brasília*, *Brotéria*, *Comércio de Guimarães*, *Contemporânea*, *Correio da Manhã*, *Correio do Minho*, *Correio do Sul*, *Época*, *Era Nova*, *Esfera*, *Gil Vicente*,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Ideia Nacional, Jornal do Comércio, Luz & Vida, Mocidade, Nação Portuguesa, O Dia, O Marcoense, O Minhoto, O Norte, Portugal Restaurado, Republica, Restauração, Revolução, Seara Nova, Serviço d'El-Rei, Tribuna Literária ou Voz Publica.

O pensamento histórico e político de Alfredo Pimenta é indissociável de um percurso intelectual e político polarizado, que vai do anarquismo individualista ao republicanismo (será redator do programa do Partido Evolucionista e braço direito de António José de Almeida, até 1914); do monarquismo constitucional ao integralismo (alinhado com o Integralismo Lusitano e, posteriormente, em nome próprio, com a Ação Realista Portuguesa) e, de forma matizada, ao salazarismo, denotando ainda, perto do final da vida, posições de simpatia pelo fascismo, correspondendo-se com Mircea Eliade ou prefaciando uma edição do testamento político de Mussolini. Ainda nos anos 20, durante uma das muitas polémicas em que se envolve, justificará a dispersão do seu percurso em carta à *Seara Nova*, com uma suposta linha comum que o sustentaria – o antidemocratismo – e que atravessaria todas estas afinidades políticas divergentes: "O que estava dentro do meu Anarquismo encontra-se dentro do meu Republicanismo e mantém-se dentro do meu Monarquismo [...]. Antidemocrata no Anarquismo, antidemocrata na República, antidemocrata na Monarquia. Partidário das aristocracias, das *elites*, no Anarquismo, na República, na Monarquia. Cultivando os super-homens no Anarquismo, na República, na Monarquia. No Anarquismo, o meu Filósofo foi [Max] Steiner. Na República, o meu Filósofo foi Comte. Augusto Comte é o meu Filósofo na Monarquia." ("Carta ao Senhor David Ferreira", *Seara Nova*, 1-4-1922).

A breve ligação ao anarquismo surge ainda durante a licenciatura, em Coimbra, por influência das leituras de Proudhon, Bakunine, Kropotkine e, em especial, Steiner. Em breve, no entanto, deriva para o positivismo, primeiro, e depois para o republicanismo – lendo Comte e Teófilo (de quem se torna amigo e a quem dedica *O fim da monarquia*, publicado em 1906). O filósofo francês, como de resto sucede a vários outros intelectuais seus contemporâneos de Coimbra (como Carlos Amaro, Henrique Trindade Coelho ou António Sardinha), exerce um peso decisivo na sua fase formativa: "Dobrado o cabo dos 21 anos, intoxicado de filosofices – de quantas filosofices encontrava no caminho, desde as germânicas às orientais, esbarrei na filosofia positiva de Comte – uma filosofia em que todos falam mas que só meio cento de pessoas leu e conhece diretamente." (*O fim da monarquia*, 1906, p. 46.).

Após o 5 de outubro, aproxima-se da corrente moderada de António José de Almeida, redigindo o manifesto do Partido Evolucionista e colaborando na criação das bases programáticas, em 1912. À época, as suas intervenções centram-se frequentemente naquele que era um dos pontos focais da crítica evolucionista: o debate quanto ao reforço do papel do presidente da república e aos poderes de dissolução do Congresso, como ponto de equilíbrio face a um excessivo parlamentarismo (*Política portuguesa. Elementos para a solução da crise nacional*, 1913). Posição interessante se comparada com a avaliação que fará, alguns anos mais tarde e já no campo monárquico, ao regime sidonista: "Os republicanos, verdadeiramente, não podem ser presidencialistas [...]. Os presidencialistas não são republicanos puros, são republicanos monarquizados." (*A situação política*, 1918, p. 31).



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

A partir de 1913, ano em que tenta, sem sucesso, concorrer a uma posição na Faculdade de Direito de Lisboa, começa a afastar-se rapidamente do republicanismo. Colabora, em 1914, na *Nação Portuguesa*, principal órgão do Integralismo Lusitano, motivando inclusive um curioso esclarecimento por parte da redação da revista, justificando a publicação de um autor que, não obstante "o curioso paradoxo de ainda se declarar republicano" ("O problema religioso", *Nação Portuguesa*, n.º 4, p. 105), era já considerado como doutrinariamente próximo. Já totalmente desencantado com o regime e, em especial, com o Partido Democrático, escreverá nesse mesmo ano um duro artigo no jornal *República* ("O partido dos escândalos", 12-6-1914 – que irá abrir uma profunda crise nas relações entre António José de Almeida e Afonso Costa e motivará, inclusive, que este desafie o líder evolucionista para um duelo), marcando o início da sua última grande inflexão política. Na véspera da revolta de 14 de maio de 1915 adere totalmente à monarquia (opção explicada no opúsculo *A solução monárquica*), embora colabore ainda fugazmente na Liga Nacional, projeto de convergência cívica que, entre 1915 e 1918, reuniu personalidades dos meios católicos e monárquicos, bem como republicanos evolucionistas e unionistas.

Durante a I Guerra Mundial, o posicionamento de Alfredo Pimenta é marcadamente germanófilo, embora a participação portuguesa, a partir de 1917, o impeça de manifestar abertamente o desejo de ver a derrota dos Aliados. Em todo o caso, não deixa de considerar o conflito bélico como um embate de civilizações; de um lado estaria o liberalismo e os princípios universalistas de 1789, e de outro, as forças da contrarrevolução (*Significação filosófica da guerra europeia*, 1915, p. 11), em que se integrava. Sintomaticamente, é por esta altura que intensifica os contactos com o Integralismo Lusitano, embora nunca adira totalmente ao movimento. Apesar de perfilhar a matriz tradicionalista do Integralismo, Pimenta encarava-a de forma mais dinâmica, do ponto de vista da ação política, não se revendo na perspetiva essencialmente doutrinária e estética do movimento dinamizado por António Sardinha e Luís Almeida Braga. Com Sardinha, aliás, será eleito deputado durante o Sidonismo, mas o fracasso da experiência presidencialista, por um lado, e a discordância face à linha legitimista apoiada pelo Integralismo Lusitano, estão entre as razões que motivam um afastamento progressivo, a partir de 1921, acompanhado por nomes como Caetano Beirão, Fernando Campos ou João Ameal e a criação, em dezembro de 1923, da Ação Realista Portuguesa e do diário *Ação Realista*. O movimento, embora de pouca importância prática, é muito influenciado pelas ideias da *Action Française* e por Charles Maurras – talvez mais até do que o próprio IL. É já enquanto líder da ARP que é nomeado para o Conselho Político da Causa Monárquica, demitindo-se, todavia, logo em 1926. Apoiará o golpe de Gomes da Costa – a quem, aliás, aconselha a agir em carta de inícios do ano ("A minha missão não é poisar a pena, e empunhar a espada. Se eu fosse soldado, não poisaria a espada para empunhar a pena. [...] Quando visse, quando sentisse que o meu País tinha que reagir, para que o não assassinassem, desembainharia a espada, e diria aos meus soldados: sigam-me!" – *Nas vésperas do Estado Novo*, 1937, p. 29).

No início dos anos 30 aproxima-se do Estado Novo, atraído pela figura de Salazar, com que se corresponderá frequentemente até ao final da vida; no entanto, a não resolução por este do "problema do regime" (i.e., o retorno a um regime monárquico) leva-o a uma postura de um certo desencanto político e,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

coincidentalmente, será a partir deste ponto, já perto dos 50 anos, que iniciará a publicação dos primeiros trabalhos historiográficos significativos, maioritariamente centrados no âmbito da história medieval. Destaque para os *Estudos filosóficos e críticos* (1930), para os *Vínculos portugueses* (1932), para os *Elementos de História de Portugal* (1934, proposta de manual para o ensino liceal com diversas edições nos anos seguintes), e para a primeira série dos *Estudos históricos – biblioteca de revisão histórica* (de um total de 25, publicadas entre 1936 e 1949), mas também para *Subsídios para a História de Portugal – textos e juízos críticos* (1937) e, mais tarde, *Idade Média* (1946) ou *Fontes medievais da História de Portugal* (1948).

Apesar de obras distintas, na tipologia e no âmbito, em todas é possível discernir linhas metodológicas comuns – a preocupação com uma determinada cientificidade da análise historiográfica e com a validação das fontes –, bem como uma dimensão apologética enquadrável na historiografia tradicionalista. Adepto do processo histórico objetivo, por oposição ao que considerava a subjetividade de análise dos historiadores liberais e republicanos (e de ensaístas, como António Sérgio), Alfredo Pimenta reafirma-o em diversas ocasiões: “A História só é científica quando enumera à maneira dos cronicões medievais os factos [...]; sempre que passa para o campo das sínteses, seja de reconstituição ou de explicação, a História passa para os domínios do subjectivo, do Eu, portanto do acientífico.” (*Novos estudos filosóficos e críticos*, 1935, p. 74); “A História não é mais do que o documento árido, nu, na sua absoluta impassibilidade” (Idem, p. 471). O trabalho do historiador deve ser um “trabalho frio, de dissecação laboratorial [...]” (Idem, p. 108).

Este argumento da imparcialidade da história e do passado como base de um certo revisionismo não difere da postura de outros historiadores, quer do campo nacionalista, quer do campo liberal. No entanto, a perspetiva metodológica que assume, coloca-o, por vezes, numa posição distinta face à historiografia tradicionalista. Veja-se, por exemplo, a avaliação feita a António Sardinha enquanto historiador, considerando absurda a intenção deste em escrever uma história de Portugal à luz da doutrina integralista e censurando-o por escrever história como se de tratasse de pura ficção (não quanto ao estilo, mas quanto à substância – *A propósito de António Sardinha*, 1944, pp. 33-34). As ideias historiográficas de Sardinha, que pretendia tornar a história acessível ao grande público, sintetizando determinados tópicos e fazendo interpretações genéricas sobre determinadas fontes sem suporte de ciências auxiliares como a paleografia ou a diplomática, levam a que Pimenta o acuse mesmo de não dominar as técnicas do ofício de historiador (“A história objetiva ensina precisamente o contrário do que António Sardinha pretende convencer os seus leitores” – Idem, p. 63.). Em todo o caso, é perceptível que, mais do que a linha do revisionismo tradicionalista da narrativa liberal seguida por Sardinha – e que Pimenta acompanhava, à sua maneira –, seria antes a forma de aquele a levar a cabo, de “pensador impressionista” (Idem, p. 44), que não se coadunava com o método objetivo seguido pelo autor vimaranense nos seus trabalhos: “Parti do princípio de que estava tudo por fazer. Não copiei uma linha de ninguém. Todas as fontes foram revistas e joeiradas” (*Elementos da História de Portugal*, 1934, p. viii).

Alfredo Pimenta faz frequentemente defesa dessa prossecução da objetividade histórica, na linha de Fustel Coulanges (que cita frequentemente, apesar de não seguir de forma linear as ideias deste de história-ciência) e da análise sistemática das fontes como garante da verdade histórica (“[...] o melhor dos historiadores é



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

aquele que se mantém o mais perto dos textos, que os interpreta com segurança e que só escreve e pensa como eles” – *Idade Média, problemas e soluções*, 1946, p. xiv). Mas as suas obras acabam, não obstante, por revelar uma certa tensão entre essa apologia da história objetiva e uma ambição de reescrever a história nacional pelo prisma do nacionalismo tradicionalista, apologético em relação ao Estado Novo, e focado numa ideia da missão que pretendia fazer cumprir Portugal: “em História de Portugal, é verdadeiro tudo quanto glorifique a Nação portuguesa; é falso tudo quanto a deprima, a diminua, a enerve, a enxovalhe” (*Novos estudos filosóficos e críticos*, 1935, p. 107).

Posição alinhada com o paradigma historiográfico em que se inseria. É um facto que os usos da história, desde a segunda metade do século XIX, eram diametralmente orientados (do campo monárquico ao republicano e ao tradicionalista) no sentido da construção de narrativas que sustentassem as diferentes visões de cada grupo sobre a nação; mas também se pretendia que cumprissem uma necessidade de “renacionalização” do país. Todavia, até dentro de um mesmo grupo as narrativas não são sempre totalmente coincidentes. Não há em Pimenta uma perspectiva de *utopia regressiva* como a que Paulo Archer de Carvalho entrevê no Integralismo Lusitano, embora haja uma valorização de figuras históricas consideradas modelares; não há também uma concordância com autores de outras correntes tradicionalistas face à legitimidade de D. Manuel II ou dos descendentes de D. Miguel; e, já nos anos 30, a investigação do historiador vimaranense centrar-se-ia fundamentalmente na Idade Média, afastando-se da Restauração, o outro período paradigmático tradicionalista.

Em todo o caso há, isso sim, uma certa intenção pedagógica e relativismo do conhecimento científico subjacentes à obra de Alfredo Pimenta: “[...] estudando e ensinando o que foram as instituições sociais portuguesas, sem comentários tendenciosos, sem subjetivismo pessoal, nos habilita ao conhecimento do que foi o passado e nos leva, portanto, à *noção da orientação que devemos imprimir ao presente* (*Novos estudos filosóficos e críticos*, 1935, p. 125 – sublinhado nosso). Na linha de um historicismo nacionalista, o historiador vimaranense pretendia ocupar o espaço da narrativa liberal, substituindo-a pela da “verdade que serve a [...] Pátria e não a que pode prejudicá-la ou diminuí-la” (Idem, p. 107). De resto, já nos anos 40 dirá que não se fez historiador para servir a política, mas que fora a História que o firmara nas suas convicções políticas (*Idade Média: problemas e soluções*, 1946, p. viii)

E a verdade é que, para sustentar essa orientação, Alfredo Pimenta abandonará deliberadamente a objetividade em determinadas ocasiões – ou, pelo menos, tentará fundamentar “a sua” objetividade específica, que passava, por exemplo, pela validação de tradições providencialistas negadas pela história-ciência, como Ourique. É, em todo o caso, interessante que o reconheça abertamente, ao invés de outros historiadores do mesmo espectro ideológico. Por exemplo, ao escrever nos *Elementos da História de Portugal* que “não fora a hora que o país atravessava de liberalismo anticatólico e antiportuguês, teria feito uma história exclusivamente científica que seria uma apresentação dos factos e das suas fontes sem qualquer espécie de nevoeiro filosófico a informá-los. No entanto, eles contêm uma forte dose de filosofia da História, a minha verdade, a minha doutrina. É a sua parte frágil porque é a sua parte discutível [...]”. Tive que a elaborar para



a opor às minhas não-verdades que considero prejudiciais ao meu país» (*Elementos de História de Portugal*, 1934, p. 42).

Esta visão do passado, subordinando-o às problemáticas dos tempos contemporâneos, e somada à sua tendência natural para a polémica, colocá-lo-á por diversas vezes em choque com outros membros da República das Letras. Quer de quadrantes distintos – como Raúl Proença, Agostinho da Silva ou António Sérgio –, quer mais próximos, pessoalmente – como Joaquim de Carvalho. Nos dois últimos casos, em especial, é fundamentalmente a instrumentalização da visão histórica que motiva as principais discordâncias. Carvalho, que era seu editor na Imprensa da Universidade de Coimbra e a quem pede que leia os originais dos *Elementos*, via o trabalho de Pimenta como metodologicamente inovador (na pesquisa e utilização de fontes) mas “cientificamente discutível”, notando a atenção excessiva à história política e a secundarização do estudo da sociedade, da economia e das instituições (Joaquim de Carvalho, “Carta de 16-11-1934”, *Cartas de Joaquim de Carvalho a Alfredo Pimenta*, pp. 257-258). Posição que o próprio Pimenta rebaterá diversas vezes, argumentando que “A história dos povos é, afinal, a história dos seus grandes homens” (*Novos estudos filosóficos e críticos*, 1935, p. 160) e que, numa perspetiva positivista, seria do estudo desses grandes homens que se extrairiam lições importantes para o presente. Posição bem distinta, por exemplo, da que era assumida por António Sérgio. Na proposta apresentada pelo ensaísta na sua *Introdução geográfico-sociológica à História de Portugal*, que motivará uma polémica com Alfredo Pimenta, o fundamental não eram os factos, mas a relação que a razão permitia estabelecer entre eles (a Idade Média e a Expansão não enquanto fenómenos distintos, mas um só – a passagem da economia agrária local à economia burguesa, comercial e marítima, por exemplo). Para o historiador vimaranense, sucedia justamente o oposto: existiam factos “puros”, incontestáveis: “Uma coisa é a conquista de Ceuta, facto puro, e outra coisa é a explicação que o sr. António Sérgio dá a esse facto.” (*A História de Portugal do Sr. António Sérgio*, 1941, p. 25).

A Sérgio, preocupado com o futuro e com a problematização do passado em função do futuro e que vê nos trabalhos de Pimenta e de outros historiadores nacionalistas “exposições históricas e espetáculos históricos que caracterizariam um certo modo de fazer história [...] e que encaminhariam [o povo] para um Passadismo inútil”, Pimenta responde com o argumento de que “o futuro, tal como o presente, [está] contido no passado e o presente não pode ser senão a sua continuação, que convém não quebrar nem deformar sob pena de se soçobrar (idem, p. 11). E à análise interpretativa de Sérgio, Pimenta retorque, mais uma vez, com a apologia do seu método da história objetiva: “Vítima da obsessão de pensar, o Sr. António Sérgio parte do princípio de que o Saber é inferior ao pensar, e de que não se pode pensar sem se saber. [...] o equilíbrio está em se pensar sobre o que se sabe – ordenando, classificando, justapondo, comparando os materiais recolhidos” (idem, p. 8).

O método em si, de resto, não será o mais problemático. Veja-se, por exemplo, a opinião de Virgínia Rau que, mais tardiamente, considerava a maioria dos estudos de Alfredo Pimenta como “plenamente válidos pela sua substância e pela tenacidade da investigação, pela cultura e pujança crítica que os iluminam, pelos conceitos metodológicos que os enriquecem.” – Virgínia Rau, “O historiador e o escritor Alfredo Pimenta”,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

1982, p. 385.). Mas há sempre nos seus trabalhos uma instrumentalização evidente do uso historiográfico no sentido do que poderíamos chamar “objetividade subjetiva”. Ter-lhe-á faltado uma obra de síntese – teria planeado escrever uma História de Portugal – embora, certamente, acabasse por obedecer à mesma linha de pensamento histórico que o caracterizou: “tenho a minha verdade, tenho a minha conclusão [...]. Se é a minha verdade ou a dos outros a que se adapta ao Interesse Nacional, e o serve, isso só o Futuro distante poderá dizê-lo” (*Elementos de História de Portugal*, 1934, p. ix).

Bibliografia ativa: *Mentira monárquica*, Coimbra, Centro Republicano, 1906; *O fim da monarquia*, Coimbra, Tip. Democrática, 1906; *Política portuguesa. Elementos para a solução da crise nacional*, Coimbra, Moura Marques, 1913; *A Significação filosófica da guerra europeia*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1915; *A solução monárquica*, Coimbra, Tip. Moderna, 1915; *A situação política*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1918; *A questão monárquica*, Lisboa, Juventudes Monárquicas Conservadoras, 1920; *Estudos filosóficos e críticos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930; *Vínculos portugueses*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932; *Elementos de História de Portugal – elaborados para uso do Ensino Secundário, absolutamente de acordo com o respectivo Programa*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1934; *Novos estudos filosóficos e críticos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1935; *A evolução de um pensamento – autobiografia filosófica*, Coimbra, Biblioteca da Universidade, 1935; *Estudos históricos – biblioteca de revisão histórica*, I a XXV, 1936-1949; *Subsídios para a História de Portugal – textos e juízos críticos*, Lisboa, Edições Europa, 1937; *Nas vésperas do Estado Novo*, Porto, Tavares Martins, 1937; *Idade Média: problemas e soluções*, Lisboa, Edições Ultramar, 1946; “A História de Portugal do Sr. António Sérgio”, *Estudos históricos*, XVII, Lisboa, Portugália, 1941; *A propósito de António Sardinha*, Lisboa, Imprensa Portuguesa, 1944; *Fontes medievais da História de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa, 1948; *Testamento político de Mussolini* (pref.), Lisboa, Ressurgimento, 1949.

Bibliografia passiva: AZENHA, Maria R. e FERREIRA, Olga C., “Cartas de Alfredo Pimenta para Joaquim de Carvalho”. *Revista de História das Ideias*, n.º 9, 1987, pp. 937-1016; BRAGA, Paulo Drummond, “Alfredo Pimenta e 1383-1385”, *Boletim de trabalhos históricos*, vol. XXXVIII, 1987, pp. 48-60; CARVALHO, Paulo Archer de, “Ao princípio era o verbo: o eterno retorno e os mitos da historiografia integralista”, *Revista de História das Ideias*, vol. 18, 1996, pp. 231-244; IDEM, *Cartas de Joaquim de Carvalho a Alfredo Pimenta (seguidas de quatro cartas a António Sardinha)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016; CRUZ, Manuel Braga da, *Monárquicos e republicanos no Estado Novo*, Lisboa. D. Quixote, 1986; LEAL, Ernesto Castro, “O tempo de Alfredo Pimenta. Mitologia política e nacionalismo entre a primeira República e o Estado Novo”, *Revista de Guimarães*, vol. III; 2001, pp. 103-143; IDEM, “Alfredo Pimenta”, *Turres Veteras*, vol. VII, 2005, pp. 231-240; MARCHI, Riccardo, *As raízes profundas não gelam? Ideias e percursos das direitas portuguesas*, Lisboa, Texto, 2012; MATOS, Sérgio Campos, “Continuidades e rupturas historiográficas: o caso português num contexto peninsular (c. 1834 – c. 1940)”, *Historiografia e Res Publica nos últimos dois séculos*, Lisboa, CH-ULisboa, 2017, pp. 131-158; PIMENTA, Maria Teresa, “Cronologia da vida e da obra de Alfredo



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Pimenta (1882-1950)", *Boletim de trabalhos históricos*, vol. XXXIV, 1982, pp. 44-64; IDEM, "Cartas inéditas de Mircea Eliade a Alfredo Pimenta", *Brotéria*, vol. 138, n.º 3, 1994, pp. 365-392; RAU, Virgínia, "O historiador e o escritor Alfredo Pimenta", *Boletim de trabalhos históricos*, vol. XXXIII, 1982, pp. 385-386; TORRAL, L. R., CATROGA, F. e AMADO MENDES, J. M., *História da História em Portugal, séculos XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

João Branco